



## Vigilantes suspendem atividades e agências fecham em Feira e Brumado (BA)

*Agências do Banco do Brasil de Feira de Santana e Brumado não abriam. Sindicato alega atraso salarial; banco informou que pagamento foi realizado.*



Vigilantes terceirizados que prestam serviço para agências do Banco do Brasil, em Feira de Santana, cidade a cerca de 100 quilômetros de Salvador, suspenderam as atividades na manhã desta terça-feira (19). Segundo informações do Sindicato dos Vigilantes do Estado da Bahia (Sindivigilantes), o ato acontece em protesto ao atraso do salário referente ao mês de julho.

Ainda de acordo com o sindicato, os pagamentos deveriam ser realizados no quinto dia útil do mês. Alegando falta de segurança, as sete agências do Banco do Brasil, em Feira de Santana, não estão funcionando nesta terça.

Em Brumado, região sudoeste da Bahia, os vigilantes já haviam entrado em greve na última terça-feira (12), mas voltaram às atividades na quinta (14), após uma promessa de pagamento. Como o salário continuou sem ser depositado, a categoria voltou a suspender as atividades nesta terça-feira (19).

Em nota, a assessoria do banco informou que não há atraso nos pagamentos mensais relativos aos serviços de vigilância. O Banco do Brasil informou ainda que enquanto as agências estiverem fechadas, os clientes podem realizar serviços através do Banco Postal e de correspondentes bancários para transações que envolvem numerário, ou via mobile banking (celular), internet e central telefônica para demais transações.

Em contato com o G1, a empresa Vipac Segurança, responsável pelos terceirizados, informou que os salários devem ser depositados, mas não explicou o motivo do atraso.

Fonte: G1

# Presidente do Sindivigilantes do Sul defende projeto Vigilante 24 horas em Cachoeira do Sul



Dias ocupou a tribuna da Câmara Municipal e defendeu o projeto (foto à esquerda). Vigilantes locais acompanharam pronunciamento do presidente, na foto com os vereadores Cornell e Augusto Cesar

Na noite de segunda-feira (18) o presidente do Sindivigilantes do Sul, Loreni Dias, ocupou a tribuna da Câmara Municipal de Cachoeira do Sul para fazer a defesa do projeto da vigilância armada 24 horas nas agências bancárias e de cooperativas de crédito. O projeto foi apresentado para tramitação na Casa Legislativa pelo vereador Vinícius Cornell (PT), mas não tem data ainda para ser votado.

Dias ressaltou que o projeto é bom para Cachoeira porque promove a criação de novos empregos “e vigilante empregado é geração de renda para a cidade”. Também apontou o perigo para a população que representa o aumento dos assaltos a bancos com o uso de explosivos pelos criminosos, para estourar cofres e agências, nas madrugadas e finais de semana.

Neste sentido, acrescentou, o projeto também torna a cidade mais tranquila e segura. A proposta já havia sido apresentada, antes, pelo vereador Daniel Tarasconi (PMDB), em abril, que depois voltou atrás e retirou o projeto, em maio. Mas o mesmo foi reapresentado agora por Cornell, o que causou, inclusive, algum estranhamento entre os vereadores.

Caso a proposta não seja aprovada, alertou Dias, o sindicato fará um grande protesto e os vereadores terão que responder à população por se negarem a garantir mais segurança para seus eleitores e eleitoras. Também assegurou que o projeto é constitucional, tanto que já foi aprovado em mais de 30 cidades, após passar pelo crivo das assessorias jurídicas de diversas Câmaras Municipais.

Acompanharam o presidente o diretor Jorge Elieser Jesus, do Conselho Fiscal, e o apoio Cristiano Pontes, e cerca de 30 vigilantes da cidade.

Fonte: Sindivigilantes do Sul



# Dilma é inocentada, mas jornais ignoram



Do ponto de vista formal, a presidente eleita Dilma Rousseff está sendo submetida a um julgamento. Há espaço para testemunhas de defesa, acusação e, dentro de algumas semanas, os senadores darão seu veredito na comissão especial de impeachment.

Por mais que se trate de um julgamento de natureza política, a Constituição Brasileira garante que nenhum presidente pode ser afastado sem que tenha cometido crime de responsabilidade. Ou seja: é isso o que confere o caráter também jurídico ao processo.

No processo em curso, Dilma é acusada por professores de direito ligados ao PSDB, partido derrotado nas últimas eleições presidenciais, de ter infringido a Lei de Responsabilidade Fiscal, com suas “pedaladas fiscais”, que seriam “operações de crédito disfarçadas”.

Ontem, o Ministério Público Federal, que é o titular de qualquer ação penal, determinou o arquivamento da investigação pedida pelo Tribunal de Contas da União, apontando que nem houve operações de crédito e que, além disso, as chamadas “pedaladas” não configuram ilícito penal.

Numa situação de normalidade democrática,

o impeachment seria sumariamente arquivado, como defendeu a senadora Gleisi Hoffmann. Além disso, toda a imprensa nacional destacaria que a presidente Dilma Rousseff, eleita por 54 milhões de eleitores, foi inocentada do crime que lhe é imputado por adversários políticos.

A notícia do pedido de arquivamento feito pelo Ministério Público foi solenemente ignorada por jornais como Folha de S. Paulo e Valor Econômico. Estado de S. Paulo e O Globo a registraram, mas sem destaque em sua primeira página.

Isso demonstra que a imprensa brasileira, que apoia o golpe parlamentar de 2016 assim como apoiou o golpe militar de 1964, nem se preocupa mais em manter as aparências. O julgamento de Dilma é apenas um simulacro, onde todos os atores parecem já conhecer, de antemão, o resultado.

No entanto, por mais que seja um jogo de cartas marcadas, a decisão do Ministério Público Federal coloca os 81 senadores diante de uma saia justa: como condenar a presidente Dilma por “crime de responsabilidade”, se o próprio MPF, titular da ação penal, garante que não houve crime?

Fonte: Brasil 247



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF